

# ALGARVE ARQUITECTURAS E ESPAÇOS RECUPERADOS

JOSÉ MANUEL FERNANDES | ANA JANEIRO



## **JOSÉ MANUEL FERNANDES**

Nasceu em Lisboa em 1953.

Arquitecto, Professor Agregado em História da Arquitectura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Dos seus livros mais recentes destacam-se “Arquitectos do Século XX” (2006), “A Casa Popular do Algarve” (2008, com Ana Janeiro), “História Ilustrada da Arquitectura dos Açores” (2008) e “Arquitectura Contemporânea nos Açores” (2009, com Ana Janeiro).

## **ANA JANEIRO**

Nasceu em Lisboa em 1978.

Bacharel em Pintura pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa.

*Master of Arts* em Fotografia pelo *Kent Institute of Art and Design*.

## **AGRADECIMENTOS**

Barros Madeira  
Câmara Municipal de Castro Marim  
Câmara Municipal de Faro  
Câmara Municipal de Lagoa  
Câmara Municipal de Lagos  
Câmara Municipal de Loulé  
Câmara Municipal de Silves  
Câmara Municipal de Tavira  
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António  
Carlos Delgado Pinto  
Isabel Aires  
Isabel Cruz  
José Cid  
José Paula Brito  
Maria Judite Bexiga Grou  
Museu Municipal de Portimão  
Pousadas de Portugal  
Paulo Filipe Viegas

## **CAPA**

“Casa do Descabeço”, Museu Municipal de Portimão,  
Antiga Fábrica “Feu Hermanos”

## **FICHA TÉCNICA**

Algarve – Arquitecturas e Espaços Recuperados

### **EDIÇÃO E COORDENAÇÃO**

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

### **TEXTO**

José Manuel Fernandes  
(autor das fotos identificadas com “JMF”)

### **FOTOGRAFIA**

Ana Janeiro

### **DESIGN E PAGINAÇÃO**

Planeta Tangerina

### **EXECUÇÃO GRÁFICA**

Edições Afrontamento, Lda

**ISBN** 978-972-643-142-8

**DEPÓSITO LEGAL** 326978/11

**N.º DE EXEMPLARES** 2000

**DATA DE EDIÇÃO** Abril 2011

# ÍNDICE

## **PREFÁCIO**

pg 5

## **INTRODUÇÃO**

Enquadramento, objectivos e critérios. Conteúdos e temas seleccionados – originalidades da arquitectura algarvia. Algumas questões metodológicas colocadas. Outros exemplos recentes de recuperação – uma breve leitura geral.

pg 7

## **CAPÍTULO 1**

**Obras de dimensão excepcional**, fruto da intervenção pública ou privada (Horta do Ourives/Casa das Figuras em Faro, Palácio de Estoi/Pousada, Pousada de Tavira, Palacete Doglioni, Teatro Mascarenhas Gregório de Silves)

pg 35

## **CAPÍTULO 2**

**As obras em equipamentos**, com intervenção municipal (Palácio da Galeria em Tavira, Arquivo Municipal/Vila Real de Santo António, Edifício Municipal/Antigo Matadouro, em Silves, Mercado Municipal de Loulé, Museu Municipal de Portimão/antiga Fábrica “Feu Hermanos”)

pg 111

## **CAPÍTULO 3**

**A recuperação do espaço habitacional e vernáculo**, na relação com o contexto urbano/rural e com as técnicas tradicionais

(Casa Barros Madeira em Loulé, “Casa da Farmácia” em Estoi, “Casa do Morgado de Salir”, “Monte do Malhão”, no Sítio de Azinhal e Amendoeira cerca de Estoi, Casa do Moleiro e Moinho das Pernadas em Odeleite)

pg 175

## **CAPÍTULO 4**

**Síntese** – aspectos vários da temática de recuperação; técnicas, materiais, formas.

pg 215

## **BIBLIOGRAFIA**

pg 223



## PREFÁCIO

*“Na cidade o tempo torna-se visível: os edifícios, os monumentos, as vias públicas, mais claramente que o testemunho escrito, mais sujeitos ao olhar de muitos homens do que os artefactos dispersos do campo, deixam uma impressão nas mentes até mesmo dos ignorantes ou indiferentes. Graças ao facto material da preservação, o tempo desafia o tempo, o tempo choca-se com o tempo; os hábitos e ao valores passam além do grupo vivente, assinalando com diferentes estratos do tempo o carácter de qualquer geração”*

*Lewis Mumford – A Culturas das Cidades*

Ao longo da última década tem-se a CCDR Algarve empenhado numa política de valorização do património construído, público e privado, existente na região. Depois de “Arquitectura no Algarve – dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese” e de “A Casa Popular do Algarve – espaço rural e urbano, evolução e actualidade”, é neste âmbito que vem agora à estampa mais uma publicação, também da autoria do arquitecto José Manuel Fernandes e da fotógrafa Ana Janeiro, centrada no estudo e divulgação das intervenções de recuperação e valorização do património edificado. A importância do tema já era consensual entre os especialistas, mas o bom acolhimento público que mereceu a recuperação do Palacete Doglioni, edifício localizado no centro histórico da cidade de Faro e onde foram instalados os serviços de ordenamento da CCDR, animou-nos a aproveitar a oportunidade para apoiar esta iniciativa de estudo e divulgação das numerosas intervenções de recuperação já realizadas na região.

Temos todavia consciência que o caminho a percorrer é imenso.

Fruto de uma opção sistemática pelas construções novas – apenas 18% das construções é anterior aos anos 40 – os centros históricos das cidades e as pequenas vilas e aldeias têm vindo a ser rapidamente descaracterizados e banalizados, destruindo referências e memórias e trilhando um caminho inverso à diferenciação que a competitividade do território pressupõe.

Apesar desta substituição sistemática de edifícios antigos ter visíveis impactos ambientais negativos – aumento exponencial dos entulhos e mesmo desperdício de matérias–

–primas – ela tem ainda um peso esmagador e muito superior ao que assume em regiões em situação semelhante que, pelo menos em parte, radica num preconceito persistente, segundo o qual a recuperação nunca é economicamente interessante.

Não restringindo o seu enfoque ao universo mais tradicional das obras de recuperação – arquitectura religiosa e equipamentos urbanos de prestígio, como teatros e pousadas – e estendendo-o a edificações como os mercados e a diversas formas de arquitectura popular, a presente publicação dá precisamente um contributo importante: o de mostrar que desde que realizada de forma adequada – no plano técnico e em edifícios que a justifiquem – a recuperação de edifícios é aplicável a um universo amplo e, sobretudo, pode ser economicamente interessante.

Este é um aspecto crucial. As iniciativas públicas – intervenções muito relevantes, como as realizadas por alguns municípios ou, por exemplo, as integradas na “Faro, Capital da Cultura” – têm desempenhado e continuarão a desempenhar um papel insubstituível. Mas serão sempre insuficientes, serão sempre ilhas isoladas insuficientes para qualificar o território, se não forem acompanhadas por uma mudança generalizada de atitude por parte do conjunto dos actores envolvidos.

O tempo já escasseia para inverter a situação actual e, em última instância, só teremos sucesso se conseguirmos despertar um interesse crescente por parte dos cidadãos e das próprias empresas de construção, pela conservação, reabilitação e restauro.

Contribuir para que tal suceda é o propósito deste livro.

*João Varejão Faria*  
*Presidente da CCDR Algarve*



ADACALANSA DA AFEERAC

MOSTROS DA MERICA

## INTRODUÇÃO

# ENQUADRAMENTO, OBJECTIVOS E CRITÉRIOS. CONTEÚDOS E TEMAS SELECIONADOS – ORIGINALIDADES DA ARQUITECTURA ALGARVIA. ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS COLOCADAS. OUTROS EXEMPLOS RECENTES DE RECUPERAÇÃO – UMA BREVE LEITURA GERAL.

7

## ENQUADRAMENTO, OBJECTIVOS E CRITÉRIOS

Nos anos mais recentes, o Algarve vem-se afirmando como uma região onde muitos dos equipamentos públicos têm utilizado, pela recuperação ou renovação, edificações pré-existent, consideradas com valor patrimonial. Estas acções são fruto de uma nova atitude, de âmbito nacional e regional, a qual, se bem que promovendo uma activa modernização dos espaços úteis para as comunidades, dá uma atenção especial aos valores culturais edificados, próprios e representativos deste território.

De facto assiste-se, felizmente, por parte das instituições responsáveis, ao desejo crescente de regeneração, de procura de construção de uma melhor paisagem, humana e física, rural e urbana – depois de décadas de ocupação desqualificadora da região algarvia, submetida excessivamente aos temas do turismo internacional, com os correspondentes processos de alastramento da urbanização e da sub-urbanização.

Algumas obras ligadas ao evento “Faro Capital Nacional da Cultura 2005”, foram exemplo de concretização daquela nova atitude, procurando-se com acções de âmbito cultural e lúdico, valorizar as dimensões múltiplas e complementares da “Cultura do território” e do “Território da cultura”. Neste quadro, diversas obras do património arquitectónico há muito aguardando restauro ou requalificação receberam finalmente os trabalhos necessários.

Paralelamente, instituições do Estado e empresas privadas foram igualmente sensíveis a esta nova via de trabalho, sustentando importantes e, nalguns casos, exemplares obras de recuperação de imóveis valiosos, antes degradados, reinserindo-os na dinâmica da vida urbana e do território. Outras iniciativas recentes, articuladas ou não com as do Estado, prenderam-se e prendem-se com a actuação dos municípios, que acarinham e acarinham espaços e edifi-



Página ao lado  
A Casa das Figuras em  
2006, antes do restauro

A Horta do Ourives com o  
telhado em reconstrução,  
2005

cios do seu domínio, promovendo para eles acções de regeneração – como sucedeu em Tavira, Silves, Lagoa, Loulé ou Vila Real de Santo António – para citar apenas alguns exemplos em áreas onde se situam edifícios seleccionados neste trabalho, quer em meio urbano quer nos respectivos ambientes rurais e territoriais de expressão tradicional e paisagística.

Finalmente, as iniciativas dos particulares, normalmente relacionadas com a recuperação das suas habitações próprias, antigas, constituem uma parte essencial da actuação de regeneração do edificado da região – a uma escala mais delicada e localizada, é certo, mas igualmente importante numa visão de conjunto, onde o papel das famílias se torna parte activa e significativa de uma dinâmica cultural de sentido contemporâneo.

Já em décadas anteriores, algumas obras arquitectónicas mostravam esta tendência para a recuperação dos espaços urbanos e das estruturas materiais existentes, portanto com atenção especial aos valores do património construído, e à sua articulação com a paisagem das cidades e dos campos algarvios.

Um dos primeiros valores a incrementar, no quadro da nova atitude atrás explicitada, consiste na implantação, no âmbito dos processos de recuperação, de uma qualidade arquitectónica superior – que se pretende exemplar – em obras de transformação das existentes.

É neste enquadramento e âmbito, acima apresentado e resumido, que se pensou o desenvolvimento deste livro – para o qual se procurou seleccionar um conjunto de exemplos concretos de recuperação, cuja qualidade sirva para comprovar a bondade dos objectivos e das consequências da mencionada nova atitude, com preocupação cultural e cívica.

Os critérios analíticos para eleger os exemplos a incluir no livro foram considerados em diversos níveis, sempre com a preocupação de valorizar os temas da qualidade, do valor, e das utilidades funcionais dos objectos intervencionados:

1. qualidade arquitectónica da obra original;
2. qualidade arquitectónica da obra de recuperação, em princípio realizada nos últimos 10 anos;
3. valor dos espaços internos originais, atendendo aos materiais e técnicas tradicionais, e às formas decorativas resultantes;
4. restauro ou recuperação qualificada dos materiais e técnicas tradicionais, nomeadamente nos interiores reabilitados;
5. significado global da obra, tal como se encontra hoje, nos aspectos arquitectónico, urbanístico, paisagístico, histórico, cultural;
6. representatividade relativa das várias localidades e áreas do Algarve, desde as cidades aos sítios e aldeias;
7. dimensão estética, ambiental e visual, para além dos restantes aspectos.



## CONTEÚDOS E TEMAS SELECIONADOS – ORIGINALIDADES DA ARQUITECTURA ALGARVIA

Alguns aspectos concretos permitem considerar o carácter próprio, original, da arquitectura algarvia. Este tema assume uma importância global, que deve ser destacada, para validar e dar um sentido cultural conjunto às obras aqui apresentadas – e torna-se ainda mais relevante se considerado num tempo longo, como já foi abordado em obra anterior (Fernandes; Janeiro, 2005).

Assim, foi considerado o papel da arquitectura histórica da região, desde a Idade Média, o Renascimento e o Barroco, até ao século XX, tendo sido José Eduardo Horta Correia o primeiro autor a tentar uma síntese das características da arquitectura algarvia, na articulação com a história e o valor do património construído do Algarve.

De facto, este autor referiu-se ao **contributo da arte e arquitectura Manuelinas da região**, explicando que “... é já hoje aceite pacificamente a originalidade do ‘Manuelino’ algarvio de Alvor e Estombar à Luz de Tavira ou de Monchique a Loulé.” (Correia, 1989); e, em relação ao período do classicismo, evidenciou o **valor, originalidade e características da arquitectura religiosa renascentista algarvia**, a qual foi além disso precoce no contexto nacional, sendo de destacar: o núcleo de Lagos como o mais antigo; a importância do chamado “Convento das Freiras”, em Faro, na relação com o restante Renascimento em Portugal; a formação das escolas decorativas de pedreiros locais, com a escola de Tavira, Moncarapacho e Cacela; e a nova integração no quadro nacional, nas épocas joanina e sebástica, com o Convento da Graça de Tavira.

Horta Correia destacou, como aspectos espaciais específicos da arquitectura religiosa, as tipologias de três naves e as de plano centralizado: “*As de três naves sem transepto com cobertura única de telha e caniço e com uma ou três capelas nas cabeceiras é o tipo de série estandardizado no Algarve quinhentista, onde a forma dos capitéis parece ser especificamente algarvia a os arcos, mantendo a tradição árabe, nem sempre têm pedra aparelhada. O plano centralizado aparece sobretudo em pequenas unidades, santuários isolados ou pequenas capelas adossadas a igrejas (...). É o modelo que aparece ainda como capela de solar anexa ou integrada em casas nobres dos séculos XVI a XVIII. Geralmente de planta quadrada e cobertura de cúpula hemisférica sem tambor nem lanternim levanta o interessante problema da relação entre uma arquitectura tradicional arreigada a antiquíssimas culturas locais (os morabitos) e a arquitectura erudita do Renascimento.*” (Correia, 1989)

Em relação aos séculos XVII e XVIII, o mesmo autor destacou as afinidades locais das tipologias das instituições conventuais e congêneres: as dos Jesuítas (Faro e Portimão), as dos Franciscanos (claustros de Portimão e de Santo António de Loulé), no quadro do “Estilo Chão”; e a expressão barroca, em obras como S. José de Tavira e S. Lourenço de Almansil.

Igualmente, Horta Correia assinalou os pórticos da igreja Joanina do Carmo, em Faro, e de São Bartolomeu de Mes-

sines como sinais do gosto “rocaille”, de influência germânica, cruzada esta, a par, com a tradição da arquitectura de barro local (visível na obra de “massa” e cal das torres do Carmo). Deve destacar-se aqui, igualmente, a **solução formal e espacial do Palácio de Estoi**, situada entre o barroco e o “rocaille”, que recorda a contemporânea obra do Palácio de Queluz, dos anos de 1780-90.

No tema das “obras de massa”, mas no plano residencial, podem igualmente referir-se os elementos decorativos de





Página ao lado  
Palácio de Estoi

Torreões e coberturas  
pombalinas em Vila Real  
de Santo António

grande dimensão e temática antropomórfica e zoomórfica, patentes em obras de iniciativa do Capitão Mor do Algarve e Desembargador Veríssimo de Mendonça Manuel, nos meados do século XVIII, em várias edificações de Faro, como no recentemente recuperado conjunto da “Casa das Figuras”, e na capela octogonal anexa, da Horta do Ourives. O neo-classicismo da transição dos séculos XVIII-XIX teve, sempre segundo Horta Correia, dois núcleos destacados de intervenção na região, os quais naturalmente confirmam por um lado a sua inserção na mais contemporânea cultura urbanística nacional, e por outro uma clara liberdade de articulação com a prática europeia do tempo. Vila Real de Santo António, na descendência conceptual da Baixa Pombalina de Lisboa, constitui efectivamente “... a única criação urbanística ex-novo de Portugal continental...” (Correia, 1989), e a obra de Francisco Xavier Fabri (1761-1817), o arquitecto italiano convidado pelo Bispo D. Francisco Gomes de Avelar para a reconstrução pós-sismo, com uma obra altamente qualificadora no seu conjunto, uma vez que “... Fabri consegue adaptar-se ao espírito do lugar em dois sentidos: por um lado manifesta uma profunda veneração pelos testemunhos que o Terramoto poupou, integrando-os nas novas construções. Por outro, com humildade e sem servilismo, demonstra um profundo respeito pelos valores algarvios que perfeitamente mostrou entender” (Correia, 1989).

Para além da arquitectura religiosa, Horta Correia destacou a **arquitectura de habitação urbana e rural algarvia, procurando ler características tradicionais, dominantes e originais neste tema.**

No que toca às edificações em contexto urbano, podem salientar-se várias fases e áreas: as casas quinhentistas com temática decorativa renascentista, com exemplos em Tavira, Loulé, Moncarapacho ou Silves; as obras seiscentistas, abrangendo os universos do chamado “Estilo Chão” e das **coberturas moduladas, “múltiplas”, dos designados “telhados de tesouro” ou “tesoura”,** em Lagos, Faro e Tavira; e as construções de Setecentos, com destaque sobretudo no desenho dos vãos, como em Albufeira e Loulé. No que respeita à casa rural, ou ao “Monte Algarvio” (tipológica e espacialmente diferente do alentejano), foram assinaladas as notáveis quintas de recreio setecentistas das áreas de Faro e Loulé, e salientados também os dois mais destacados elementos construtivos, decorativos e formais, da arquitectura doméstica, erudita e popular, da região algarvia, patentes desde os séculos XVII-XVIII ao XX: **a chaminé e a platibanda, ambas peças de vocação profusamente ornamental e cromática.**

Em termos de síntese final, deve relevar-se **a vocação para o pormenor e para um intenso decorativismo** que efectivamente caracterizou e caracteriza, num “tempo longo”, a arquitectura algarvia, com manifestações que naturalmente procuraram tirar o melhor partido da matéria prima “pobre” disponível – a taipa e o adobe da arquitectura do barro, ou “da terra” – com assinalável sentido plástico e liberdade criativa, e assumindo paralelamente uma **outra característica local, a da “pequena escala”** dos monumentos e edifícios em geral – bem apropriadas para a escala geral do espaço e do território algarvios.

Estes aspectos assumem uma enorme clareza, por exemplo, no frequente uso da cal e na sua resultante plástica, uma “luminosidade branca” aparente nas construções – visível, tanto na arte religiosa, nos detalhes das igrejas e capelas, com as suas cúpulas e frontões – como nas já



Um telhado de “Tesoura”,  
habitação em Tavira

Página ao lado  
Igreja Matriz de Estoi

Página ao lado  
Platibanda de habitação  
em Estoi



referidas balaustradas e platibandas das construções mais modestas, as inúmeras casas térreas, implantadas nas povoações e no “campo”.

De facto, reflectindo em conjunto sobre o “tempo longo” dos últimos 500 ou 600 anos da arquitectura algarvia, tornam-se patentes a várias relações, de tendência comum, a realçar: entre a delicadeza e minúcia das “obras de pedraria” dos mestres manuelinos ou classicistas, e os relevos coloridos em “massa” das setecentistas quintas de recreio de Faro; ou entre as densas decorações relevadas em cimalthas, da fase romântica e depois da Arte Nova e do Art Deco, no dealbar do século XX, com o sentido de policromia decorativa patente na arquitectura moderna dos anos 1950-60 de Portimão, Loulé ou Faro.

As obras que foram escolhidas para uma análise com mais detalhe, apresentadas seguidamente, ao longo deste trabalho, decorrem portanto do entendimento dos aspectos sucessivos atrás mencionados de forma sintetizada – que felizmente se puderam traduzir numa série de recuperações recentes e qualificadas, embora, em relação a este tema, sejam entendíveis sob pontos de vista muito diferenciados. Esta selecção não teve naturalmente a pretensão de ser exaustiva, ou sequer sistemática – mas sim a de reunir casos, diversificados na função e localização, e verdadeiramente emblemáticos do(s) bom(s) caminho(s) a seguir nesta temática – partindo de exemplos da arquitectura representativa da tradição e a história do Algarve, onde se procedeu a projectos e obras de eminente e exemplar recuperação, ou cuidado restauro. Passemos a enumerá-las, apresentando-as numa caracterização sucinta.



Cúpula caiada, Convento de Nossa Senhora da Assunção, Faro

1. O conjunto formado pela **Horta do Ourives e vizinha “Casa das Figuras”, à entrada de Faro**, exemplar precioso, quase único, da antiga Quinta de Recreio setecentista, do sistema dos “telhados de tesoura” e das “obras de massa” muito utilizadas na época, quer em interiores quer em exteriores;
2. O **Palácio de Estoi, actual Pousada de Estoi**, que constitui exemplo único, bem inserido no espaço de transição urbano-rural, de vários aspectos artísticos e históricos: a quinta da fase barroco-*rocaille*, com a sua componente, a arte dos jardins, e a profusa decoração de interiores em estuque e policromia;
3. A **actual Pousada de Tavira, o antigo Convento de Nossa Senhora da Graça**, vasta construção erudita, dentro do chamado “Estilo Chão”, de origem quinhentista, com obras posteriores dos séculos XVII a XIX, agora adequada à função turística;
4. O **Palacete Doglioni, em Faro**, exemplo da arquitectura do solar urbano dos séculos XVIII e XIX, alterado nos anos 1920, e recuperado, para instalações próprias, em obra promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
5. O **Teatro Mascarenhas Gregório, em Silves**, representativo de uma função social importante no quadro das vivências dos pequenos núcleos urbanos do Algarve nos finais de Oitocentos, e longamente restaurado nas suas características internas de espaço de espectáculos;
6. O **“Palácio da Galeria”, actual Centro Cultural Municipal, em Tavira**, que constitui um exemplo assinalável de solar urbano setecentista, proeminente na área central antiga da cidade, e desempenhando uma nova função pública, de índole cultural;
7. O actual **Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António ocupa o Torreão Sul da urbanização pom-balina**, constituindo uma obra discreta mas que traduz toda a importância do conjunto setecentista de que é um dos remates arquitectónicos;
8. O **Edifício Municipal/Antigo Matadouro em Silves**, que recuperou as antigas instalações do Matadouro Municipal, de 1914, edificado em desenho neo-árabe, com obras levadas a cabo desde a aprovação do projecto, em 1999, até à conclusão dos trabalhos em 2005;
9. O **Mercado Municipal de Loulé**, uma significativa obra da época do revivalismo neo-árabe, um estilo do romantismo tardio (de 1904-07), que teve larga aplicação na região algarvia, por razões histórico-culturais, e que continua a desempenhar a sua função num lugar central da cidade;
10. A antiga Fábrica “Feu Hermanos”, hoje **Museu Municipal de Portimão**, que transformou um antigo núcleo industrial em espaço museológico da cidade.
11. A **Casa Barros Madeira, em Loulé**, que constitui uma habitação térrea, característica dos inícios do século XX, modernizada, ampliada e recuperada a um tempo, mantendo os seus valores decorativos e formais de origem;
12. A chamada **“Casa da Farmácia” em Estoi**, exemplar urbano de certa elaboração estética, característica do tardo-romantismo, com formas inventivas e originais;
13. A **Casa do Morgado**, em Salir/Loulé, obra de implantação em plena ambiência rural, recuperada e modernizada numa procura de equilíbrio;
14. O **“Monte do Malhão”**, no Sítio de Azinhal e Amendoeira, cerca de Estoi, uma construção elementar do meio rural, recuperada e ampliada com espaço despretençioso de veraneio, cuja virtualidade consistiu exactamente nessa visão chã de objectivo, projecto e obra;
15. O conjunto da **Casa do Moleiro e Moinho das Pernadas, em Odeleite**, no concelho de Castro Marim, é um exemplo completo da arquitectura popular ou vernácula, utilitária, em pleno meio rural, e dos processos que levam à sua difícil mas essencial recuperação/reconstrução.



**CCDR** *Alg*

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

**ALGARVE 21**  
PROGRAMA OPERACIONAL

**QR** QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
2014-2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional